

## **CIRILO JÚNIOR, CARLOS**

\*dep. fed. SP 1930; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951, 1952-1953 e 1954; min. Just. 1958-1959.

*Carlos Cirilo Júnior* nasceu em Curitiba no dia 25 de dezembro de 1886, filho de Carlos Cirilo e de Maria da Graça Cirilo.

Quando tinha um ano de idade sua família mudou-se para Santos (SP), onde estudou nos colégios do Convento do Carmo e Tarquínio de Sousa. Em 1904 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em dezembro de 1908. Exerceu em seguida a advocacia, especializando-se em direito criminal, comercial e civil.

Entre 1912 e 1929 ocupou várias vezes uma cadeira de deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1930 elegeu-se deputado federal por São Paulo, exercendo mandato de maio a outubro, quando, com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Nessa ocasião, sua residência e seu local de trabalho foram depredados.

A nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros para interventor em São Paulo, logo após a revolução, significou a marginalização do segmento da oligarquia política local que havia participado do movimento, em especial do Partido Democrático. Esse processo, acirrado progressivamente ao longo de 1931 e 1932, foi marcado pela oposição entre as correntes políticas tradicionais no estado e as forças tenentistas, apoiadas pelo governo federal. Em janeiro de 1932, Cirilo Júnior foi um dos signatários do manifesto do Partido Republicano Paulista (PRP), no qual o governo era acusado de ditatorial e se exigia uma constituição que garantisse “um governo republicano federativo com amplas garantias individuais”. No mês de julho, os paulistas deflagraram a Revolução Constitucionalista, que foi derrotada militarmente, em outubro, pelo governo federal. Cirilo Júnior, que havia colaborado com o coronel Euclides Figueiredo na organização do levante armado, foi levado preso para o Rio de Janeiro e em seguida deportado para Lisboa. Sobre este movimento, escreveu *A campanha revolucionária de 1932*, publicado em 1934.

De volta ao Brasil, elegeu-se, em outubro de 1934, deputado à Assembléia Constituinte paulista na legenda do PRP, tomando posse em maio do ano seguinte. Participou dos trabalhos constituintes, e, com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer

mandato legislativo ordinário. Foi líder da oposição até 1937, quando mais uma vez os órgãos legislativos foram fechados com a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro desse ano.

Voltou então a exercer as atividades forenses e, em 1939, tornou-se membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo.

No ano de 1945, ainda no governo de Getúlio Vargas, surgiram os novos partidos políticos, e Cirilo Júnior filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), em São Paulo. No dia 29 de outubro, Vargas foi deposto pelos chefes militares e o poder passou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, que manteve o calendário eleitoral fixado em maio pelo presidente deposto. Em 2 de dezembro saiu vitorioso das urnas o candidato do PSD à presidência da República, general Eurico Gaspar Dutra, e nesse mesmo dia Cirilo Júnior elegeu-se deputado por São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Empossado em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos como líder da bancada paulista do PSD e como relator-geral do projeto da Constituição. Em julho de 1946, integrou a delegação brasileira à Conferência de Paz reunida em Paris, sendo substituído na comissão da Constituição por Honório Monteiro. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário.

Ainda em 1946, disputou com Mário Tavares, Gabriel Monteiro da Silva e Gastão Vidigal a indicação para candidatar-se ao governo de São Paulo pelo PSD. A escolha recaiu sobre Mário Tavares e o pleito, ocorrido em janeiro de 1947, deu a vitória a Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP). No mês de novembro, realizaram-se eleições para o recém-criado cargo de vice-governador. A candidatura Cirilo Júnior, lançada pelo PSD, contou com o apoio de Vargas e de Luís Carlos Prestes, líder do proscrito Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) —, que tivera seu registro cassado em maio pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, o vitorioso foi Luís Novelli Júnior, genro do presidente Dutra e também deputado federal pessedista, apoiado pelo PSP de Ademar de Barros, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo Partido Republicano (PR).

Em maio de 1948, Cirilo Júnior integrou a Comissão Mista de Leis Complementares. No início do ano seguinte, nas eleições para a mesa da Câmara, o PSD buscou um entendimento com a União Democrática Nacional (UDN) e apresentou seu nome como

candidato à presidência daquela casa. Com o apoio de Rui Santos, José Augusto Bezerra de Medeiros e outros, a UDN concordou com a proposta pessedista e Cirilo Júnior foi eleito, em março, presidente da Câmara dos Deputados, cargo no qual permaneceria até o final da legislatura.

#### A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Em dezembro de 1949, Cirilo Júnior assumiu a presidência do PSD em substituição a Nereu Ramos, que renunciara ao cargo, num período em que o partido atravessava uma grave crise interna decorrente da escolha de um candidato à presidência da República nas eleições previstas para outubro do ano seguinte. O PSD tentou inicialmente um acordo com o PR e a UDN para que aceitassem um candidato de suas fileiras. Em seguida mostrou-se favorável à fórmula proposta pelo governador do Rio Grande do Sul, Válder Jobim, que consistia na escolha de um nome que resultasse de entendimentos entre todas as organizações partidárias, de modo a unificar o país. No entanto, o presidente Dutra opôs-se à possibilidade de o PSD apoiar um nome fora do partido, que em março de 1950 decidiu lançar a candidatura de Nereu Ramos, caso prevalecesse a opinião de Dutra. No mês seguinte, o PSD reiniciou as conversações com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visando encontrar um candidato comum, e apresentou uma lista na qual constavam os nomes de Cirilo Júnior, até então apoiado por Dutra, de Nereu Ramos e de Israel Pinheiro. Vargas, presidente de honra do PTB, decidiu que a escolha deveria ser feita pelo PSD, cabendo ao PTB apenas julgá-la. Tal situação levou Dutra a criticar o PSD e Cirilo Júnior, acusando-o de incapaz de tomar decisões. A ala “dutrista” tentou então articular um nome que fosse do agrado do presidente e de Vargas, excluindo, para tanto, os de Nereu Ramos e João Neves da Fontoura.

No início de maio, Cirilo Júnior e outros dirigentes pessedistas propuseram o nome do político mineiro Cristiano Machado, que foi lançado oficialmente durante a convenção do partido. Essa candidatura, todavia, não conseguiu dar coesão interna ao PSD. O setor gaúcho, representado por João Neves e Batista Luzardo, dispôs-se a apoiar Getúlio Vargas, que aceitou a própria candidatura pelo PTB no mês de junho. No plano estadual, Cirilo Júnior liderou a ala do PSD que optou por uma aliança com a UDN, apoiando o candidato que esse partido lançou ao governo paulista. Tal atitude agravou a crise do PSD paulista e a

ala que apoiava o governador Ademar de Barros desvinculou-se do partido e aderiu ao PSP. Em julho, o conselho nacional do PSD decidiu apoiar a candidatura de Altino Arantes à vice-presidência. Nas eleições, realizadas em outubro de 1950, Cristiano Machado recebeu apenas 21,5% dos votos, sendo eleito Getúlio Vargas com 48,7%, e ficando em segundo lugar o candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes. Na mesma data Cirilo Júnior concorreu à reeleição para a Câmara Federal obtendo a primeira suplência. No decorrer dessa legislatura (1951 a 1955) exerceu por duas vezes o mandato: de agosto de 1952 a dezembro de 1953, e de janeiro a dezembro de 1954.

Em julho de 1958 substituindo Eurico Sales, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo presidente Juscelino Kubitschek, que havia assumido a chefia da nação em janeiro de 1956. Permaneceu na pasta até julho de 1959, quando foi substituído por Armando Falcão.

Cirilo Júnior foi embaixador do Brasil na Bélgica de 1960 a 1963. Foi ainda professor de direito civil, comercial e criminal na Faculdade de Direito de São Paulo e membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Faleceu em São Paulo no dia 31 de maio de 1965.

Além da obra citada, publicou *Títulos ao portador* (1908), *Terceiro prejudicado no processo civil* (1914), *A dor no romance e no teatro* (1916), *Reparação civil para ato ilícito* (1934) e *Política latino-americana* (1948).

FONTES: ARQ. NAC. *Relação; Boletim da Bib. Câm. Dep.*; CÂM. DEP. *Deputados; CÂM. DEP. Presidentes; CÂM. DEP. Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio; Encic. Mirador; Estado de S. Paulo* (19/9/1976); FIGUEIREDO, E. *Contribuição; Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; JARDIM, R. *Aventura; Jornal* (2/10/1946); *Jornal do Comércio*, Rio (2/6/1965); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); LEITE, A. *História*; MACEDO, N. *Aspectos*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1959); QUADROS, J. ; ARINOS, A. *História*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1932.